

**De:** Gil Weber Baiao em nome de Licitação  
**Enviado em:** terça-feira, 8 de outubro de 2019 14:43  
**Para:** 'Elton Nascimento'  
**Assunto:** RES: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2019

Prezados,

Em resposta ao seu pedido de esclarecimento temos a dizer o seguinte:

Resposta 1 – De acordo com o Anexo I da CCT 2019, as empresas do segmento ficam obrigadas a praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas de 79,44% (setenta e nove vírgula quarenta e quatro por cento) conforme Planilha de Custos e Formação de Preços, Anexo III do Edital. Os órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal, visando preservar a dignidade do trabalho, criar condições próprias e eficientes à realização dos serviços prestados e assegurar os benefícios diretos dos trabalhadores, conforme acórdão TCU nº. 775/2007 deverão fazer constar em seus Editais de Licitação, seja qual for a modalidade, o percentual de Encargos Sociais previsto nessa Convenção Coletiva de Trabalho, como documento essencial a toda e qualquer modalidade de licitação, sob pena de nulidade do certame, tal como disposto nos Art. 607 e 608 da CLT. Neste sentido, as propostas que não apresentarem esse índice, na sua composição de preço, poderão ser desclassificadas.

Abaixo segue o enunciado do Anexo I do CCT 2019 do Sindicato dos Trabalhadores Bombeiros Profissionais do Distrito Federal O SINDBOMBEIROS:

#### ANEXOS

##### ANEXO I - DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos de Prestação de Serviços pelas empresas contratadas junto aos tomadores, a fim de garantir a TOTAL adimplência dos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convencionado que as Empresas do segmento abrangidas por essa Convenção Coletiva de Trabalho ficam obrigadas a praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas de 79,44% (setenta e nove vírgula quarenta e quatro por cento) conforme planilha de cálculo, abaixo descrita. Os órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal, visando preservar a dignidade do trabalho, criar condições próprias e eficientes à realização dos serviços prestados e assegurar os benefícios diretos dos trabalhadores, conforme acórdão TCU nº. 775/2007 deverão fazer constar em seus Editais de Licitação, seja qual for a modalidade, o percentual de Encargos Sociais previsto nessa Convenção Coletiva de Trabalho, como documento essencial a toda e qualquer modalidade de licitação, sob pena de nulidade do certame, tal como disposto nos Art. 607 e 608 da CLT.

Resposta 2 - O plano ambulatorial é previsto na Convenção Coletiva da categoria, em sua cláusula décima segunda, devendo a empresa repassar mensalmente, a operadora do plano o valor correspondente por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, sem qualquer ônus para o trabalhador.

Resposta 3 - Os bombeiros civis poderão gozar do intervalo para refeição.

Resposta 4 - Fica a cargo da empresa, contudo, em caso de pagamento de hora extra, deverão ser atendidos os valores estabelecidos pelo Sindicato da categoria.

Resposta 5 - A empresa que atualmente presta serviços a este Ministério é a AVAL Empresa de Serviços Especializados LTDA.

ATT

GilBaião  
Pregoeiro Oficial do MAPA

**De:** Elton Nascimento <elton@grupoagil.com.br>

**Enviada em:** sexta-feira, 4 de outubro de 2019 10:15

**Para:** Licitacao <licitacao@agricultura.gov.br>

**Assunto:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2019

DO OBJETO: Contratação de serviços de combate a incêndio e primeiros socorros, por meio de equipe de bombeiros civis (Brigada de Incêndio), 24 (vinte e quatro) horas diurnas, com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços, a serem executados de forma contínua, nas dependências do Edifício Sede e Anexo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), INMET, e SIDERBRÁS, em Brasília – DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Pergunta 1 - A atual convenção coletiva determinou que os encargos sociais sejam de no mínimo 79,44%, as empresas que cotarem percentual inferior serão desclassificadas?

Pergunta 2 - O benefício PLANO AMBULATORIAL deverá ser cotado sob pena de desclassificação?

Pergunta 3 - Os bombeiros civis poderão gozar do intervalo para refeição ou deverá ser pago adicional de intrajornada, ou seja, ser pago uma hora extra a título de indenização pelo horário de refeição não gozado?

Pergunta 4 - Visando atender a Lei nº 11.901/2009, art. 5º onde informa que a jornada do Bombeiro Civil é de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, num total de 36 (trinta e seis) horas semanais, e as condições estabelecidas no Edital, vimos solicitar esclarecer o exposto: como será a cobertura dos postos de trabalho nos descansos semanais, no total de 48h mensais por posto de trabalho, Deverão ser previstos custos para folguistas ou devemos cotar hora extra?

Pergunta 5 - Atualmente qual empresa presta esses serviços?

Elton S. Nascimento

Assistente Comercial

(61) 3403-0135



Informa-se que as empresas do GRUPO ÁGIL são comprometidas com o cumprimento fiel da legislação, especialmente a Lei Nº 12.846/13, adotando princípios éticos de moralidade, repudiando e combatendo todo tipo de fraude ou corrupção, bem como respeitando direitos humanos, ambientais e todas as normas de segurança e saúde do trabalho. Para isso, conta com um programa de Compliance ativo, visando difundir sua política de probidade não apenas dentro das empresas, mas entre todos os parceiros e potenciais parceiros comerciais.

Espera-se que os mesmos ideais sejam também compartilhados por todos aqueles que lidam com o GRUPO ÁGIL, tanto negociando, como atuando em seu nome. Dessa forma, declara-se que as empresas não oferecem ou aceitam ofertas, tampouco prometem ou aceitam promessas de qualquer vantagem indevida, de maneira direta ou indireta; pautando sua atividade comercial exclusivamente quanto aos seus serviços e preços.

Qualquer suspeita de prática para obtenção de vantagens comerciais impróprias, será inteiramente rechaçada pelo GRUPO ÁGIL, devendo o caso ser encaminhado ao CANAL DE DENÚNCIAS da empresa, para apuração e devidas providências.